

CUT decide negociar

DESTAQUE

JOSÉ CASADO

O Senado faz uma autocrítica

O Senado Federal está fazendo uma autocrítica. É um fato raro, relevante, mas ainda praticamente despercebido.

Deve-se aos senadores José Sarney, Renan Calheiros, Ney Suassuna e Luiz Alberto de Oliveira a produção de uma inédita análise (100 páginas) sobre como o Legislativo está desperdiçando o dinheiro público e o que pode ser feito de imediato para reverter essa situação.

Gasta-se muito. E não é só: gasta-se muito mal. Os senadores constataram, por exemplo, que o Congresso brasileiro está saindo bem mais caro para o Tesouro nacional do que, proporcionalmente, custa o Congresso do Estados Unidos para o Tesouro norte-americano.

Uma forma de medir isso são os gastos totais divididos pelo pessoal empregado. E aí o Brasil fica com um recorde.

Em Washington, o Legislativo vai gastar US\$ 1,96 bilhão neste ano, empregando 31 mil pessoas. Significa uma despesa média de US\$ 63,2 mil por funcionário.

Já em Brasília, a despesa vai ser de US\$ 1,5 bilhão, empregando-se apenas 10 mil pessoas. Ou seja, haverá um dispêndio médio de US\$ 150 mil por funcionário.

O Senado sozinho vai gastar US\$ 740 milhões neste 1995, ficando com a média de US\$ 158,5 mil por empregado.

Possui 4.200 funcionários e prevê uma despesa de US\$ 286 milhões exclusivamente na folha salarial — o que representa um gasto médio anual de US\$ 68 mil por cada servidor.

“Como poderia isso ocorrer”, perguntam-se os senadores, no seu relatório, “se a remuneração vigente no Congresso norte-americano é substancialmente maior do que no brasileiro, tanto para o parlamentar quanto para servidores em geral?”

A resposta é óbvia — e até razoavelmente já debatida na imprensa, nos últimos anos. Mas ganha relevo pelo fato de compor um diagnóstico do Legislativo produzido pelos próprios senadores, na perspectiva de uma autocrítica e da idéia de mudança. “É uma instituição desorientada”, diz o documento, já distribuído em plenário. “Há falta de um claro senso dos seus objetivos. Aqui se privilegia mais a máquina administrativa do que a produção legislativa. Aqui, a lógica da atividade-meio

sobrepuja a lógica dos fins legislativos e fiscalizadores.”

A listagem das distorções encontradas é muito ampla. Começa na inexistência de hierarquia e responsabilidades — não há sequer mecanismos para aferição e controle da jornada de trabalho. Passa pela execução orçamentária sem qualquer critério de eficiência no gasto. E vai até a improvisação total, nas obras e nas compras de bens e serviços.

Situação exemplar é a do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen). Tem uma das mais modernas estruturas de informática, entre os órgãos públicos. No entanto, não sabe sequer o número exato de computadores que possui. Os senadores descobriram que existem “inúmeros terminais espalhados pelo País”. E descobriram, também, que nas subsecretarias de pessoal e serviços gerais

muita coisa ainda é feita à base da escrita manual, porque não há computadores suficientes.

Nas telas do Prodasen não é possível a um parlamentar encontrar nem sequer o acervo de legislação consolidada produzida pelos próprios congressistas. E muito menos um quadro com os indicadores sociais e econômicos básicos do País (como mortalidade infantil, renda, comércio exterior, Orçamento etc.).

No ano passado, pela primeira vez na história republicana, todos os órgãos do Senado foram

obrigados a apresentar uma proposta detalhada de orçamento.

A própria história do Senado está ameaçada: “Documentos encontram-se empacotados em lugares absolutamente impróprios, sujeitos a todo tipo de risco.”

Idéias para mudança começam a ser discutidas. Uma delas é a instituição de normas orçamentárias rígidas, a partir do próximo ano. Outras avançam pela proibição de doações de bens — prática comum, por incrível que pareça. Assim como pelo veto à contratação de obras sem prévia aprovação do plenário. Além da redistribuição de pessoal.

São apenas planos, por enquanto. Mas a intenção, em si, já é louvável. No mínimo, já é uma satisfação à opinião pública, ainda não refeita da perplexidade com o retrato do Legislativo traçado pela recente CPI que desnudou a corrupção no Orçamento-Geral da União.



■ José Casado é jornalista

Diagnóstico do Legislativo feito pelos próprios senadores revela uma ampla lista de distorções

PROTESTOS

reformas com governo